PARTE H

MERVAL — EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO DE MERCADOS E DE PROMOÇÃO DE PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, E. M.

Relatório n.º 12-I/2007

Sede social: Zona Industrial de Constantim, Parque TIR, lote 158, 5000-082 Vila Real.
Capital social: 4 184 914,36 euros.
Pessoa colectiva n.º 505324024.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Real, sob o n.º 12.

Relatório e contas de 2006

Relatório de gestão

Introdução

No decurso do ano de 2006 a Merval, E. M, procurou dentro do seu âmbito de competências actuar de forma positiva quer nas infra-estruturas, cuja gestão se encontram sob a sua alçada, quer na procura de novos centros de interesse que sob a sua acção poderão ser transformados em oportunidades de intervenção com influência no desenvolvimento do concelho.

Fundamental, tem sido também a perspectiva de desenvolvimento da empresa, no sentido de que os projectos, a serem executados têm que, garantir, na medida do possível, a sua auto sustentabilidade. Ou seja, a empresa tem que continuar a ter um grau de autonomia financeira relativamente ao município bastante elevada.

Os projectos têm assim que responder positivamente a uma dupla característica, utilidade e sustentabilidade. O grau de sucesso ou insucesso das organizações deve ser medido sempre pela bondade deste dois parâmetros.

Nessa perspectiva, a administração da Merval, E. M., na selecção dos projectos a executar procura munir-se antes de mais dos estudos fundamentais que permitam apoiar a decisão e só depois decidir em consciência a sua exequibilidade.

2006 foi um ano de trabalho preparatório, fundamental na elaboração e preparação de um conjunto de estudos e projectos que permitirão desenvolver e executar importante obra em 2007.

Actividade empresarial

Para além das actividades de gestão corrente da responsabilidade da empresa, foram as seguintes as acções promovidas ao longo do ano em análise:

Montagem, no piso superior do mercado municipal, de um sistema de aproveitamento de águas, para refrigeração. A cobertura do piso superior durante os meses de maior calor passará a ser arrefecida com um equipamento de pulverização de água. O sistema funciona em circuito fechado;

De grande importância para o desenvolvimento do plano traçado, importa destacar a colaboração da Merval no desenvolvimento do Centro Transfronteiriço de Serviços Logísticos. Este espaço irá permitir a colaboração estreita entre a empresa, a CMVR, a UTAD e associações ligas à logística de transportes no sentido de cumprir a participação de Vila Real na implantação da estratégia tecnológica e de inovação da região norte, nomeadamente através do apoio ás empresas do sector e ainda permitindo a incubação de projecto de base tecnológica directamente ligados à actividade.

No âmbito do referido projecto foram ainda organizadas reuniões de trabalho no sentido de complementar esforços entre as diversas instituições envolvidas, com o objectivo de executar as diferentes tarefas previstas, nomeadamente a participação em conjunto com o Ayuntamiento de Benavente e a empresa congénere da Merval, PLB na feira logística de Barcelona.

No final dos trabalhos pretende-se que Vila Real possa vir a constituir-se como uma opção logística de importância relevante no contexto regional.

Importa ainda referir, a este nível, o papel que a candidatura ao programa Interreg teve no apoio financeiro que possibilitou, para a elaboração do plano estratégico de desenvolvimento da ZEN (Zona Empresarial do Norte) e ainda na elaboração dos projectos de arquitectura, modelo empresarial, etc., que permitirá, no médio prazo, criar uma nova infra-estrutura em Vila Real de fundamental importância para o desenvolvimento do concelho.

Preparamos as bases para o lançamento dos projectos para a criação de 28 novos lotes empresariais, em terrenos sobrantes do actual loteamento industrial a que chamamos, 3.ª fase do loteamento industrial de Constantim. A execução deste projecto, vai permitir por um lado desanuviar a pressão sobre a procura de terrenos e por outro lado, possibilitar medir, com um grau de erro menor, o potencial de mercado da ZEN.

No âmbito da dinamização do ninho de empresas, foi constituída uma comissão de análise de candidaturas, de que fazem parte os principais agentes de desenvolvimento do concelho. No sentido de nortear o funcionamento desta comissão foi elaborado o respectivo regulamento de funcionamento bem como os critérios de avaliação das candidaturas.

Demos ainda inicio à implementação do plano promocional do ninho, pensamos que permitirá um alargado conhecimento por parte dos vilarealenses da existência do espaço, bem como dos objectivos pretendidos.

No período desenvolveram-se várias reuniões da comissão de análise de candidaturas que deram origem à incubação de 11 empresas. Os projectos seleccionados permitiram criar mais de 30 postos de trabalho, essencialmente jovens.

É ainda cedo para avaliar o resultado prático da bondade deste projecto, uma vez que o ninho se encontra em funcionamento apenas há seis meses, o que impede uma avaliação séria sobre o seu impacto no desenvolvimento dos negócios.

Demos início ao serviço de vigilância do parque Corgo. Este serviço funciona todos os dias das 22 horas às 5 horas da manhã.

As actividades desenvolvidas no parque Corgo, são consequência de um protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Vila Real e a Merval, no sentido de monitorizar aquele espaço, que vinha a ser fortemente vandalizado.

Os trabalhos em curso têm como objectivo, por um lado, prevenir através da presença sistemática de vigilantes, actos de vandalismo no local e por outro, elaborar relatórios de situação diários sobre as ocorrências de maior relevância, principalmente no que diz respeito à detecção de anomalias. Estes relatórios permitem uma rápida intervenção por parte dos serviços de manutenção da câmara municipal, no sentido de proporcionar um mais eficaz e eficiente serviço aos cidadãos.

Demos início aos trabalhos de levantamento da actividade comercial e de serviços nas freguesias urbanas, no sentido da criação de um observatório do comércio, que possa no tempo atingir os seguintes objectivos:

Permitir, através de amostras sucessivas, estudar os movimentos da actividade empresarial;

Disponibilizar a todos quantos pretendam investir na área de intervenção um conjunto de informações de carácter concorrencial;

Procurar disponibilizar informações estatísticas, nomeadamente de rendimento, consumo, escalões etários, habitantes, etc., de forma a instituir-se como uma ferramenta de apoio à decisão de investimento;

Dotar os decisores do planeamento urbano de informações adicionais que possibilitem a escolha de propostas consistentes e fundamentadas.

O ano de 2006 foi ainda o primeiro ano em que a empresa se responsabilizou pela organização das feiras de Santo António e São Pedro.

Recursos humanos

Durante o período em análise verificou-se um acréscimo ao quadro de pessoal quando comparado com igual período do ano anterior, devido ao contrato-programa elaborado com o Município de Vila Real em relação aos vigilantes do parque Corgo.

Comercial

As receitas da Merval, E. M., são o produto de exploração da feira, do mercado, do ninho de empresas e da feira de gado de Lordelo

e Sr.ª da Pena tendo os proveitos e ganhos operacionais atingido o valor de 421 513 euros o que corresponde a uma variação positiva em comparação com igual período do ano anterior.

Relativamente aos custos totais, verifica-se um aumento na mesma proporção das receitas, devido essencialmente ao ninho de empresas e respectivas amortizações.

Análise económica-financeira

Financiamento:

Impossibilidade de recurso a financiamento externo;

Transferência de 100 000 euros da Câmara Municipal de Vila Real, contrato-programa de 2006.

Demonstração dos resultados:

O resultado operacional e corrente atingiram respectivamente, um valor positivo de 19 441 e 19 204 euros;

O volume de negócios foi de 300 915 euros;

Os custos operacionais foram de 402 072 euros;

Os custos com o pessoal representaram aproximadamente 49% dos custos operacionais.

Balanço:

Pela estrutura do balanço, pode observar-se que, em 2006, não se verificou nenhum endividamento.

Proposta de aplicação dos resultados:

O conselho de administração, propõe que o resultado líquido positivo do exercício de 2006, no valor de 37 518,82 euros, tenha a seguinte aplicação (em euros):

Reserva legal	3 751,89
Resultado transitado	33 766,93

Vila Real, 15 de Março de 2007. — O Conselho de Administração: *Domingos José Monteiro Madeira Pinto — Albertino Azevedo do Fundo — Fernando de Sousa Cardoso*.

Balanço em 31 de Dezembro de 2006

ACTIVO

(Em euros)

Código das contas — POC		2006			2005
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	— Activo líquido
	Imobilizado:				
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação	20 945	20 945	–	–
433	Propriedade industrial e outros direitos	95 483	14 146	81 337	86 111
441/6	Imobilizações em curso	–	–	–	45 500
		116 428	35 090	81 337	131 611
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	1 113 093	–	1 113 093	1 109 951
422	Edifícios e outras construções	3 398 876	192 869	3 206 007	3 271 650
425	Ferramentas e utensílios	42 076	8 709	33 367	28 256
426	Equipamento administrativo	33 901	10 625	23 275	18 603
429	Outras imobilizações corpóreas	9 370	5 422	3 948	4 260
441/6	Imobilizações em curso	85 000	–	85 000	–
		4 682 316	217 626	4 464 690	4 432 720
	Dívidas de terceiros — curto prazo:				
211	Clientes, c/c	35 254	–	35 254	26 589
24	Estado e outros entes públicos	4 109	–	4 109	2 218
262+266+267+ 268+221	Outros devedores	74 972	–	74 972	4 190
		114 334	–	114 334	32 996
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13+14	Depósitos bancários	101 871		101 871	27 297
11	Caixa	1 296		1 296	763
		103 166		103 166	28 060
	Acréscimos e diferimentos:				
272	Custos diferidos	2 253		2 253	1 066
	Total de amortizações		252 716		
	Total de provisões		–		
	Total do activo	5 018 497	252 716	4 765 781	4 626 453

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

(Em euros)

Códigos das contas — POC		2006	2005
	Capital próprio:		
51	Capital	4 184 914	4 184 914
571	Reservas legais	4 951	4 951
575	Subsídios	62 849	62 849
59	Resultados transitados	— 44 181	— 6 363
	Subtotal	4 208 534	4 246 351
88	Resultado líquido do exercício	37 519	— 37 818
	Total do capital próprio	4 246 052	4 208 534
	Passivo:		
	Dívidas a terceiros — curto prazo:		
221	Fornecedores, c/c	25 639	9 040
2611	Fornecedores de imobilizado	10 271	12 262
24	Estado e outros entes públicos	24 362	13 521
26	Outros credores	6 750	6 245
		67 022	41 068
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	30 852	29 185
274	Proveitos diferidos	421 854	347 666
		452 706	376 852
	Total do passivo	519 728	417 919
	Total do capital próprio e do passivo	4 765 781	4 626 453

O Conselho de Administração: *Domingos José Monteiro Madeira Pinto — Albertino Azevedo do Fundo — Fernando de Sousa Cardoso.* — A Técnica Oficial de Contas, *Sandra Maria Gomes Torres*.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2006

CUSTOS E PERDAS

Códigos das contas — POC		2006		2005	
62	Fornecimentos e serviços externos	120 854	120 854	88 137	88 137
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	166 426		145 291	
643+644+645	Encargos sociais	28 797		27 760	
646/8	Outros	2 768	197 991	2 572	175 622
66	Amortizações e ajustamentos do exercício	82 536	82 536	65 366	65 366
63	Impostos	577		548	
65	Outros custos perdas operacionais	114	691	114	662
	(*A*) Custos e perdas operacionais		402 072		329 786
681+685+686+ 687+688	Juros e custos similares	236	–	69	–
	Outros	–	236	–	69
	(*C*) Custos e perdas correntes		402 308		329 856
69	Custos e perdas extraordinários		7 508		4 895
	(*E*) Custos e perdas do exercício		409 816		334 751
86	Impostos sobre o rendimento do exercício		527		347
	(*G*) Custos totais		410 343		335 098
88	Resultado líquido do exercício		37 519		— 37 818
			447 862		297 281

PROVEITOS E GANHOS

(Em euros)

Códigos das contas — POC		2006		2005	
72	Prestação de serviços	300 915		271 876	
73	Proveitos suplementares	27		527	
74	Subsídios à exploração	120 571	421 513	–	272 404
	(*B*) Proveitos e ganhos operacionais	421 513		272 404	
7811/3/4+ 7818+785/6/7/8	Outros juros e proveitos similares	–		141	
	Outros		–		141
	(*D*) Proveitos e ganhos correntes		421 513		272 545
79	Proveitos e ganhos extraordinários		26 348		24 735
	(*F*) Proveitos totais		447 862		297 281

Resumo:

Resultados operacionais (*B*)–(*A*) =	19 441	– 57 382
Resultados financeiros (*D*)–(*C*–*A*) =	– 236	72
Resultados correntes (*D*)–(*C*) =	19 204	– 57 310
Resultados antes de impostos (*F*)–(*E*) =	38 046	– 37 470
Resultado líquido do exercício (*F*)–(*G*) =	37 519	– 37 818

O Conselho de Administração: *Domingos José Monteiro Madeira Pinto — Albertino Azevedo do Fundo — Fernando de Sousa Cardoso*. — A Técnica Oficial de Contas, *Sandra Maria Gomes Torres*.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras da Merval — Empresa Municipal de Gestão de Mercados e de Promoção de Projectos de Desenvolvimento Local, E. M., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 4 765 781 euros e um total de capital próprio de 4 246 052 euros, incluindo um resultado líquido de 37 519 euros), a demonstração dos resultados por natureza e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresas, o resultado das suas operações e dos fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interna apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de actividades com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da sua opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Merval — Empresa Municipal de Gestão de Mercados e de Promoção de Projectos de Desenvolvimento Local, E. M., em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 15 de Março de 2007. — Baptista da Costa & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Paulo Fernando da Silva Pereira*, revisor oficial de contas.

Parecer do fiscal único

1 — Em cumprimento do disposto na alínea *g*) do artigo 14.º da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, e nos Estatutos da Merval — Empresa Municipal de Gestão de Mercados e de Promoção de Projectos de Desenvolvimento Local, E. M. (adiante designada por Merval), apresentamos o nosso parecer sobre o relatório e as contas anuais apresentados pelo conselho de administração relativamente ao exercício de 2006.

2 — No desempenho das funções de fiscal único acompanhámos a actividade desenvolvida pela Merval, sobretudo através da leitura das actas das reuniões do conselho de administração e dos contactos com os respectivos membros, e efectuámos os procedimentos julgados necessários ao exercício das nossas funções, bem como da observância da lei e dos estatutos, não tendo chegado ao nosso conhecimento situações de incumprimento de tais preceitos.

3 — Analisámos igualmente os documentos de prestação de contas preparados em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade (balanço, demonstração dos resultados, anexo ao balanço e à demonstração dos resultados e à demonstração dos fluxos de caixa) bem como o relatório do conselho de administração, tendo concluído que os mesmos possibilitam uma adequada compreensão, quer da posição financeira da Merval em 31 de Dezembro de 2006, quer do modo como se desenrolaram as actividades e se formou o resultado no período acima referido.

4 — Elaborámos, para além do parecer sobre a informação financeira referente ao 1.º semestre de 2006, o relatório relativo à fiscalização anual e a certificação legal das contas decorrente do exame efectuado a qual deve ser considerada como fazendo parte integrante deste relatório.

5 — Cumpre-nos assinalar o apoio e a colaboração recebidos do conselho de administração, do director geral e dos serviços na disponibilização da informação e na prestação dos esclarecimentos considerados necessários ao desempenho das nossas funções.

6 — Como consequência do trabalho efectuado e tendo em consideração o conteúdo da certificação legal das contas, o fiscal único é de parecer que:

a) O relatório apresentado pelo conselho de administração deve ser aprovado;
b) As contas apresentadas pelo conselho de administração devem ser aprovadas;
c) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho de administração deve ser aprovada.

Lisboa, 15 de Março de 2007. — O Fiscal Único, Baptista da Costa & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Paulo Fernando da Silva Pereira*, revisor oficial de contas.
2611031928

PARTE J

FIMOGES — SGFII, S. A.

Relatório n.º 12-J/2007

Sede social: Avenida da Liberdade, 211, 4.º esquerdo, 1250-142 Lisboa.
Capital social: 1 100 000 euros.
Pessoa colectiva n.º 507178483.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa.

Relatório e contas de 2006

Relatório do conselho de administração

Nos termos da lei e dos estatutos da sociedade vem o conselho de administração submeter à apreciação do accionista único o relatório do conselho de administração, o balanço e demonstrações dos resultados, de alterações do capital próprio e dos fluxos de caixa e respectivos anexos do exercício de 2006, para o que solicitamos aprovação.

1 — Actividade

A Fimoges tem como actividade actual a administração, em nome dos participantes, de Fundos de Gestão de Património Imobiliário, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 316/93, de 21 de Setembro.

Durante o ano de 2006 a actividade da Fimoges centrou-se na gestão e administração do Fundo de Gestão de Património Imobiliário — Fungepi/BES.

A administração corrente dos activos imobiliários e a respectiva contabilização são assegurados pela Multiger, mediante contrato aprovado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, sob responsabilidade da Fimoges.

Em 4 de Agosto de 2006 foi solicitada a substituição da Gesfimo pela Fimoges na administração, gestão e representação do Fungere — Fundo de Gestão de Património Imobiliário, que veio a ser concedida em 16 de Fevereiro de 2007.

Em função deste acontecimento perspectiva-se um aumento do volume de negócios em 2007, prevendo-se um volume de proveitos da ordem dos 2 milhões de euros.

Não se prevê para o próximo ano a gestão e administração de qualquer outro fundo de investimento.

2 — Situação económico-financeira

O total de proveitos, no valor da ordem dos 900 000 euros é quase exclusivamente constituído pela comissão de gestão.

Assim, a principal componente dos custos é constituída pelos gastos gerais administrativos na ordem dos 400 000 euros.

No exercício a sociedade apresentou um resultado líquido de 323 930,11 euros.

3 — Proposta de aplicação dos resultados

Nos termos legais e estatutários propõe-se que do resultado líquido 32 393,01 euros sejam levados à conta de reserva legal e o remanescente, no valor de 291 537,10 euros sejam levados à conta de resultados transitados.

4 — Informações complementares

De acordo com o artigo 66.º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais confirma-se:

Não ter ocorrido após o termo do exercício factos relevantes com reflexo directo ou indirecto sobre as contas do exercício de 2006;
Não terem sido adquiridas ou alienadas acções próprias durante o exercício;
Não existirem negócios entre a sociedade e os seus administradores, nos termos do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais;
Não existirem sucursais da sociedade em qualquer parte do território nacional e estrangeiro

Confirma-se, ainda, igualmente não existirem dívidas em mora à segurança social e demais entidades do Sector Público Estatal.

5 — Agradecimentos

O conselho de administração expressa os seus agradecimentos ao accionista único, às entidades de supervisão e ao banco depositário, pela confiança e colaboração facultadas e ao fiscal único, pela forma rigorosa e colaborante como exerceu as suas funções.

Apresentam-se, de seguida, as demonstrações financeiras e respectivo anexo relativas ao exercício económico findo.

O Conselho de Administração: *Manuel Azevedo Leite Braga*, presidente — *Otília Antunes Florêncio*, vogal — *Vítor Manuel de Carvalho Neves*, vogal.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Informações exigidas por diplomas legais:

Relação dos accionistas conforme exigido no n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

Espart — Espírito Santo Participações Financeiras, SGPS — 100%.

Posição accionista dos membros dos órgãos de administração e fiscalização (artigo 447.º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais):

Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não são titulares de acções da Sociedade ou de sociedades com as quais aquela esteja em relação de domínio ou de grupo.

O Conselho de Administração: *Manuel Azevedo Leite Braga*, presidente — *Otília Antunes Florêncio*, vogal — *Vítor Manuel de Carvalho Neves*, vogal.

Balanço em 31 de Dezembro de 2006

ACTIVO

	Notas/ quadros anexos	2006			2005
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		73,71	–	73,71	–
Disponibilidades outras instituições crédito		375 364,15	–	375 364,15	84 331,28